ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 2ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO NOVENTA E OITO

Em vinte de março de dois mil e treze, cerca das onze horas e trinta minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:
- Efetivos
António Leitão Amaro (PSD); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto BE)
- Suplentes
Eduardo Teixeira (PSD); Paulo Cavaleiro (PSD); Pedro Pimpão (PSD); Nuno André Figueiredo (PS); Orísia Roque (CDS-PP)
- Faltas
Ramos Preto (PS); Bruno Vitorino (PSD); Carlos Abreu Amorim (PSD); Eurídice Pereira (PS); José Junqueiro (PS); Renato Sampaio (PS); Heloísa Apolónia (PEV)

Após a verificação do *quórum*, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
- AUDIÇÃO, no âmbito da PPL Nº 123/XII-GOV *"Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas"* e da PPL 125/XII-GOV *"Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"* - CAMPANHA "ÁGUA É DE TODOS".

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na *ar@net* em *Serviços–DRAA–Canal Parlamento–Arquivo–Comissões–CAOTPL* (20130320) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130320caotpl.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.
O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da Campanha "Água é de todos", composta pelos Senhores Jorge Fael (Associação Água Pública), Nuno Vitorino (Associação Água Pública), Manuel Vieira (Movimento de Utentes) e Américo Monteiro (CGTP-IN).
O Senhor Jorge Fael fez uma intervenção inicial, na qual, começou por informar que este movimento engloba atualmente cento e cinquenta organizações representativas da sociedade portuguesa, subscritoras do Manifesto "Defender juntos a água de todos" e que lançou uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, denominada "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", que recolheu mais de quarenta e três mil assinaturas e foi entregue na AR em vinte e oito de fevereiro último. Depois, prosseguiu a sua intervenção abordando, em síntese, as seguintes questões: Água, bem comum, direito humano e serviço público essencial; a política da água seguida no nosso país; a evolução

dos modelos de gestão; a privatização do setor - o que significa; exemplos de privatizações já existentes no setor; a privatização das Águas de Portugal; objetivo do governo de mercantilização e privatização da água e dos respetivos serviços públicos; sobre a PPL nº 123/XII/2ª: verticalização do setor e agregação em quatro megaempresas/subconcessões dos sistemas de água e saneamento/desenvolvimento dos eixos estratégicos já previstos no PEAASAR, com garantia de investimentos do Estado e entrega da gestão a privados, visando o respetivo lucro; sobre a PPL nº 125/XII/2ª: capacidade da ERSAR para fixar tarifas, tendo como princípio fundamental a recuperação económica e financeira dos serviços/ingerência na autonomia do Poder Local Democrático; sub-representação dos interesses dos cidadãos e utentes face aos interesses das empresas no conselho consultivo/dúvidas sobre o grau de independência face ao regime de nomeação dos responsáveis da entidade reguladora; em conclusão: o Movimento repudia a privatização/concessão dos serviços de água e saneamento, pelo que rejeita as propostas de lei em análise. Para além do documento que serviu de base a esta intervenção, fez ainda entrega de um outro documento sob o título "Razões para a oposição à privatização da água", da autoria de Public Services International Research Unit (PSIRU) da Universidade de Greenwich.

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) (Água bem público; serviços de água e saneamento acessíveis a toda a população/custos/capacidade financeira do Estado para investir; sistemas multimunicipais e intermunicipais/acesso a privados; atual modelo de gestão da Água/sustentabilidade dos serviços), o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (água bem comum disponibilizado às populações através de serviços/cobertura de custos/tarifas; serviços públicos/serviços privados: custos da água e do saneamento básico; reforço do Regulador na fixação de tarifas/tarifa social), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (necessidade de reorganização do setor da água e resíduos, ponderados os progressos já alcançados; parecer negativo da ANMP sobre as propostas de lei em análise; reorganização do setor em curso: água-privatização via concessões/resíduos: venda da EGF; alterações no Regulador: capacidade para fixar tarifas/composição dos conselhos regulador e consultivo), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (atual situação problemática do setor da Água e Resíduos; propostas de lei em análise necessárias para a reestruturação do setor; situação deficitária do setor/situação financeira crítica da AdP/alternativas; eventual reversão das concessões a privados na área dos resíduos/custos e indemnizações; Água bem escasso e fundamental à Vida/condições de sustentabilidade do setor), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (propostas de lei em análise: objetivo privatização do setor da Água e Resíduos/posição contrária do PCP; estudo da AEPSA: serviços de água visando, designadamente, a remuneração do capital; iniciativa legislativa do PCP na defesa do Serviço Público da Água rejeitado na AR; historial dos serviços públicos de água e progressiva concessão de serviços de água a privados; privatização dos serviços de Água, Saneamento e Resíduo: aumento de custos para os utentes/exemplo de situação analisada pelo Tribunal de Contas) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (Água bem público/direito humano/monopólio natural; reorganização do setor proposta pelo Governo: concessão dos serviços a privados-privatização/verticalização e agregação dos serviços; recuperação total dos custos dos serviços de água e saneamento/investimentos já feitos no setor pelo Estado; tarifa social).

Depois, os Senhores Nuno Vitorino, Américo Monteiro, Manuel Vieira e Jorge Fael ainda usaram da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Vice-Presidente da Comissão,

Fernando Marques

JF/